



Nota de Abertura

A Segurança Alimentar é um dos pilares da Política Agrícola Comum e da Política Europeia de Segurança Alimentar. Por forma a dar uma resposta às preocupações expressas pelos cidadãos numa iniciativa de cidadania europeia, a Comissão Europeia apresentou uma proposta para melhorar a transparência dos estudos científicos e para atualizar a legislação nesta matéria, que data de 2002. Esta proposta tem como principais objetivos: dar aos cidadãos maior acesso às informações apresentadas à Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos sobre as aprovações relativas à cadeia agroalimentar; dar a possibilidade à Comissão de solicitar estudos adicionais e envolver mais estreitamente os cientistas nos procedimentos de aprovação. Mais especificamente, a proposta prevê criar um registo comum, envolver mais os Estados-Membros e reforçar a comunicação dos riscos aos cidadãos.

Nesta proposta, a Comissão propõe uma revisão específica do Regulamento relativo à legislação alimentar geral, o reforço da transparência em matéria de Organismos Geneticamente Modificados, aromatizantes de fumo, materiais em contacto com géneros alimentícios, aditivos alimentares, enzimas e aromas alimentares, produtos fitofarmacêuticos e novos alimentos.

As propostas legislativas serão apresentadas ao Parlamento Europeu e aos Estados-Membros para adoção.

A Comissão pretende que a presente proposta seja adotada ainda durante a atual legislatura, ou seja, até meados 2019, para uma implementação rápida. **di**

PROF. DOUTOR ALFREDO BORBA
COORDENADOR DO
CENTRO DE INFORMAÇÃO
EUROPE DIRECT DOS AÇORES

Boas práticas para reforçar o setor retalhista

A Comissão Europeia publicou um conjunto de boas práticas que visam apoiar os esforços dos Estados-Membros para criar um setor retalhista mais aberto, integrado e competitivo, considerando que é um dos maiores setores da economia da UE, representando quase um em cada dez trabalhadores e mais de 3,6 milhões de empresas.

Foram identificadas as formas de realizar progressos, nomeadamente: facilitar o estabelecimento retalhista; reduzir as restrições ao funcionamento diário das lojas; adoção de novas abordagens para promover a vitalidade dos centros das cidades.

O indicador das restrições ao comércio retalhista (RRI) fornece uma boa panorâmica da situação do mercado retalhista nos países da UE. Ajuda a identificar as melhores práticas, bem como as áreas onde poderão ser necessárias reformas. O RRI é também um instrumento de monitorização dinâmi-



co para medir os esforços dos Estados-Membros na redução das restrições à venda a retalho e o impacto dessas reformas sobre o desempenho do mercado, incluindo a produtividade, os preços e a inovação, bem como os efeitos indiretos sobre outros setores.

O setor está a evoluir rapidamente com o desenvolvimento do comércio eletrónico e da venda a retalho multicanais, e

tem potencial para um melhor desempenho. É por esta razão que a Comissão está a ajudar os Estados-Membros e os operadores a superar os desafios que o setor enfrenta, abordando a acumulação de restrições no setor retalhista.

Para além destas orientações, a Comissão continuará a monitorizar a evolução dos quadros regulamentares relevantes e das tendências económicas. **di**

Mais visibilidade para as competências e qualificações na UE

Foi adotada pelos Estados-Membros a proposta da Comissão para rever o atual quadro Europass, para simplificar e modernizar o CV Europass e outras ferramentas no domínio das competências para a era digital, que promove uma maior visibilidade das quali-

ficações e competências e ajuda os responsáveis políticos a antecipar as necessidades e as tendências do mercado de trabalho.

A propósito, a a Comissária responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade Laboral, Marianne Thyssen,

declarou: “Pela primeira vez, o Europass facultará também informações para apoiar a gestão das carreiras, incluindo informações sobre as tendências e a procura no mercado de trabalho e sobre orientações e oportunidades de aprendizagem em toda a Europa.” **di**

Prémio Escolar do Ano Europeu

Decorrem até 11 de maio as candidaturas ao Prémio Escolar Ano Europeu do Património Cultural 2018, destinado a estabelecimentos escolares, públicos e privados, com 3.º Ciclo do Ensino Básico e, ou com Ensino Secundário e Profissional.

O prémio visa promover o conhecimento do património cultural europeu nas suas múltiplas dimensões e mutações, dinamizando iniciativas que garantam a sua sustentabilidade e proteção, assim como o diálogo entre diferentes realidades culturais.

Devem ser submetidas apresentações, resultantes de atividades pedagógicas



de pesquisa, sobre as vertentes locais / nacionais / europeias do património (material ou imaterial), num ou em

vários dos seguintes formatos: texto, vídeo, áudio, fotografia, ilustração e infografia.

Os trabalhos candidatos, um ou vários, de grupo ou individuais, devem ser submetidos pelos docentes na plataforma digital da iniciativa.

A escola vencedora, em cada categoria, receberá tablets e livros para a sua biblioteca.

As escolas premiadas serão ainda convidadas a apresentar pessoalmente os seus trabalhos na cerimónia pública de entrega dos prémios, na Fundação Calouste Gulbenkian, a 5 de junho.

Mais informações em: peaepc.citi.pt **di**